

Apresentação

ESTE LIVRO, À DIFERENÇA DE OUTRAS COLETÂNEAS de trabalhos científicos, não resulta de um congresso ou simpósio acadêmico, em que as comunicações se transformam em textos e ganham forma impressa. Ele decorre do desconforto e mesmo da indignação que gera num conjunto de pesquisadores a forma superficial e preconceituosa com que a existência do indígena no Nordeste tem sido abordada em circuitos prestigiados e poderosos de informação, repercutindo de maneira muito negativa na naturalização e na disseminação de estereótipos seja na opinião pública, seja na formação das novas gerações de estudantes.

Embora nos últimos anos tenha havido algumas alterações positivas, o reconhecimento de direitos a esse segmento da população (sobretudo na demarcação de terras e em sua assistência) continua a ser negado com base em argumentações infundadas, derivadas de concepções antigas e desgastadas. Isso tem estimulado os pesquisadores a preocuparem-se de maneira crescente com tais formas de apropriação e circulação do conhecimento, bem como os tem convidado a debruçarem-se, com maior energia e vontade, sobre seus temas específicos de investigação, encontrando neles alicerces profundos para interpretações críticas e inovadoras.

O contexto mais direto a que este livro deve se reportar é o da organização da exposição *Os primeiros brasileiros*, inaugurada no Forte das Cinco Pontas, no Recife, em dezembro de 2006. Tratava-se de uma iniciativa de duas instituições científicas, o Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e a Fundação Joaquim Nabuco, numa parceria efetiva e inovadora com a Associação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). A exposição resultou, assim, da tessitura e da articulação de uma ampla rede de equipes de pesquisa – Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG),

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – e de ação indigenista – Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI), Centro de Cultura Luís Freire, Associação Missão Tremembé (AMIT) e Grupo Paraopeba, entre outros. Em sucessivas ocasiões, a exposição esteve no Campus da UFPE, no Centro de Arte e Cultura Dragão do Mar, em Fortaleza, e no Museu Nacional, tendo atingido um público de mais de 150 mil visitantes. Desde então, a intenção da equipe organizadora é de que ela atinja ainda outras capitais e algumas das cidades mais populosas do Nordeste.

A montagem de *Os primeiros brasileiros* implicou tanto a visita a inúmeras aldeias indígenas, com a formação de coleções etnográficas e documentação sobre seus usos e significados (fotos, vídeos, gravações), quanto extensa pesquisa de imagens sobre os indígenas da região, abrangendo de fontes coloniais e museus a acervos de indigenistas atuais. Nesse processo de pesquisa, que se estendeu por quase dois anos, consolidou-se o propósito de divulgar sob a forma de livro e para um público mais específico, composto em especial de pesquisadores e estudantes universitários, parte do enorme material levantado, cujas evidências e interpretações constituíram os fundamentos sobre os quais se concebeu a exposição. Assim, encaminhou-se carta-convite aos principais pesquisadores que trabalhavam de maneira aprofundada sobre esses indígenas, e esta foi acolhida pela maioria com grande entusiasmo.

Não houve a preocupação em reunir textos inéditos, embora a maioria dos trabalhos se tenha dirigido especificamente para esta publicação, entre os quais capítulos remodelados de dissertações e teses de difícil acesso. O objetivo principal foi fornecer ao leitor um amplo painel compreensivo da trajetória histórica dos indígenas do Nordeste, por meio de contribuições livres e baseadas em pesquisas sólidas e aprofundadas. Seus autores têm reconhecida competência acadêmica e compartilham, implicitamente, uma mesma perspectiva crítica. Como de praxe em tais iniciativas, alguns convidados (felizmente, poucos) não puderam colaborar, em razão de outros trabalhos paralelos. Em contrapartida, incluíram-se pesquisas mais recentes e textos que abordam temas inovadores ou um autor fonte de especial significação, como Capistrano de Abreu.

A motivação inicial em jogo é bastante clara. No século XIX, deu-se um lento e complexo processo de formação das instituições e da própria identidade nacional, no qual os indígenas que antecederam à colonização foram celebrados como modelos éticos e estéticos de uma idade de ouro inexoravelmente varrida pelo progresso. Como heróis do romantismo, os indígenas eram personagens trágicos, cujo destino seria o desaparecimento (cf. Pacheco de Oliveira, 2009). Durante o segundo Reinado, sobretudo entre as décadas de 1850 e 1870,

os governos provinciais no Nordeste consideraram que, em suas circunscrições administrativas, eles estariam extintos e, portanto, as antigas terras coletivas, nas mãos de novos donos, poderiam ser destinadas a usos supostamente mais produtivos. O discurso oficial e os dos mais destacados intelectuais convergiam a este respeito: não existiriam mais índios, apenas *remanescentes*, cujas manifestações culturais podiam ser estudadas como folclore. *Índios*, no sentido em que, após o movimento indianista, o termo passou a ser utilizado, ou seja, como sinônimo de pessoas e coletividades que antecederam a presença portuguesa, seriam encontrados apenas no Amazonas e nas regiões mais remotas do país, onde a colonização estava tão somente começando.

Questionar a invisibilidade dos indígenas no Nordeste se constitui, pois, no ponto de convergência dos trabalhos que integram esta coletânea. Cada autor procurou fazê-lo de acordo com sua formação disciplinar, suas preferências teórico-metodológicas e as direções ditadas pela própria temática que estuda. Serviram de inspiração para o desenvolvimento dessas contribuições três perguntas: 1) Que processos de submissão foram concretamente usados contra os indígenas e que graus de eficácia tiveram em torná-los dependentes dos colonizadores e cada vez mais invisíveis no conjunto da população? 2) Como se engendrou e se manteve a representação sobre a inexistência e a invisibilidade dos indígenas no Nordeste? e 3) Por quais caminhos os indígenas saíram da condição de invisibilidade e de *caboclos* e se transformaram em *índios*?

Para efeitos de organização interna, subdividiram-se os textos em quatro partes, que mantêm entre si relativa ordem cronológica. A primeira aborda fatos do século XVII e do início do século XVIII, quer focalizando, de maneira crítica, a incorporação de hierarquias militares numa estrutura administrativa nativa, quer explicitando o caráter complexo do empreendimento missionário, que respondia a objetivos geopolíticos do Império português e, ao mesmo tempo, dialogava e interagia com as cosmologias e práticas indígenas.

A segunda se ocupa, sobretudo, da segunda metade do século XVIII e gira em torno da implantação do Diretório de Índios (1757) em diferentes locais, bem como dos conflitos que acompanharam sua aplicação e se estenderam até a sua extinção. Ocorrida formalmente em 1798, esta se arrastou na prática até meados do século XIX, com a promulgação, em 1845, do Decreto nº 426, que estabeleceu uma nova política indigenista.

A terceira parte analisa as consequências da política de extinção das antigas terras de missão, levadas a cabo após 1850 pelos governos provinciais e pela burocracia do segundo Reinado e da primeira República. Aponta também algumas estratégias postas em ação pelos indígenas, com o intuito de assegurar espaços econômicos e políticos de sobrevivência.

A quarta e última parte se concentra no século xx. Ao operar por meio da análise de coleções, dados numéricos e musicalidades, busca acompanhar o surgimento e a disseminação da categoria *índio* na região Nordeste (ver Imagem 15, que descreve o processo de criação de Postos Indígenas no Nordeste entre 1920 e 1950). A princípio concentrado numa única situação (Fulniô), em que era reconhecida a presença de indígenas na região (Peres, 1999), passou a agrupar 11 na década de 1950 e aumentou expressivamente para 43 nos anos 1990 (Pacheco de Oliveira & Leite, 1993) e para 49 na década seguinte.¹ Hoje, por meio de outra ferramenta de registro (o censo), é possível perceber a capilaridade da presença indígena em meio à rede de municípios do Nordeste brasileiro (Imagem 16).

Essas quatro partes se articulam de modo a delinear uma linha de continuidade histórica entre a presença indígena em cada uma das situações examinadas. Isso, porém, não deve ser feito de modo simplista, por intermédio seja do *presentismo* (a pretensão de engendrar artificialmente ações e significados eficientes em contextos pretéritos), seja ignorando as descontinuidades nas políticas públicas, nas teorias letradas e nas práticas em relação aos povos e coletividades indígenas (a investigação do passado não podendo, portanto, pautar-se exclusivamente por uma postura *historicista*).

Vivendo no interior de uma *situação colonial*, os indígenas estão sujeitos a processos de territorialização e modos de reconhecimento bastante distintos. Um modo de reconhecimento, que indicaria a noção que aponta a forma como coletividades e pessoas indígenas seriam percebidas e registradas pelas sociedades colonial e, depois, nacional, é integrado pela interação de elementos bem diversos (como classificações legais, usos cotidianos, narrativas e imagens) que abrangem um vasto rol de condutas, que vai desde definições normativas e valores até sentimentos e ações com fortes componentes de ambiguidade.

Ao contrário do historicismo e do presentismo, é preciso aprofundar a compreensão específica sobre a presença indígena em cada uma dessas situações, a fim de estabelecer como funciona um regime de memória² que associa ações, narrativas e personagens, prescrevendo-lhes formas de construir significados. A produção de documentos históricos é função de instituições e relações sociais historicamente cristalizadas, empiricamente passíveis de

1 Cabe observar que essa listagem contém como anexo um registro de 18 casos anotados de emergências étnicas recentes. Ver Pacheco de Oliveira (1999: 39–42).

2 A expressão é utilizada por Johannes Fabian para referir-se a uma arquitetura da memória, internamente estruturada e limitada, que tornaria possível a alguém contar histórias sobre o passado (Fabian, 2001).

investigação. Devem ser incluídos aí, naturalmente, os objetos (coleções etnográficas), os dados quantitativos, as narrativas e as imagens, ou seja, tudo que é tido como memorável (digno de ser lembrado).

Um modo específico de reconhecimento de diferenças étnicas se ergue sobre cada regime de memória. Os indígenas, longe de serem portadores de características constantes e imutáveis, são sempre descritos por qualificativos variáveis, que podem ser inclusive antagônicos em contextos diferentes e sucessivos, pois se mantêm sempre referidos a um regime de memória específico.

O primeiro regime discursivo trata os indígenas como *nações indígenas*, apresentando-os como coletividades que ocupam territórios específicos (ver o detalhe do mapa reproduzido na capa deste livro, feito em 1631 pelo importante cosmógrafo português João Teixeira Albernaz I, por alcunha, “o velho”) e, portanto, em nítido contraste com a atribuição genérica de nomadismo, característica das representações sobre eles do século XIX. É nesse contexto que comparamos as descrições sobre a formação de uma espécie de nobreza da terra, fundada numa hierarquia guerreira, bem como algumas formas de interação e diálogo heterodoxas das populações indígenas com a empresa missionária.

A cartografia foi um importante instrumento para a formação de um conhecimento dos europeus sobre os indígenas do Brasil (e do Nordeste, em particular). Ainda que, na maioria das vezes, os indígenas tenham sido representados nas cartas portuguesas por meio de técnicas frias, como a toponímia (Guerra & Duarte dos Santos, 2008), em alguns mapas holandeses, franceses e italianos se veem primorosas e instigantes ilustrações. Nestas, pode-se acompanhar como os colonizadores passaram de uma atitude de admiração (em que os indígenas eram representados exibindo, com fidalguia e naturalidade, costumes radicalmente distantes dos europeus) para outra de criminalização (com destaque para o canibalismo e a belicosidade). Por fim, às vésperas do século XIX, as ilustrações representavam os indígenas como populações primitivas, rudimentares e neolíticas (Imagens 1, 2, 3 e 4).

O segundo regime de memória procede a uma rigorosa separação entre o *índio colonial* e o *índio bravo*, e aponta nitidamente os cenários e contextos sociais em que cada um deles seria encontrado. O índio colonial só aparece em fazendas ou aldeias missionárias, ou seja, em via, portanto, de tornar-se indistinto de trabalhadores e de cristãos. O bravo, por sua vez, é representado em incursões militares, chamadas de *guerras justas*, ou conduzido como *cativo* para o uso, dito temporário, da escravidão indígena (Imagens 5 a 8).

O terceiro regime de memória opera com uma imagem do indígena em duas temporalidades distintas. O índio do passado, que precedeu o coloni-

zador português, é fortemente estetizado e enobrecido em seus costumes, transformando-se em personagem trágico da literatura indianista e das artes românticas (Imagens 9 e 10). Já o indígena real se caracteriza pela perda cultural e pela condição de miséria. Trata-se de alguém que chama muito pouca atenção de artistas e intelectuais, ou é um personagem insólito, tal como visto em *charges* políticas (Imagem 11 e 12).³

Por último, o quarto regime, constituído pela memória que movimentos e organizações indígenas tentam construir na contemporaneidade, é muito diferente dos demais, uma vez que busca expressar a condição de indígena com grande exuberância e beleza. Os elementos diacríticos da condição de indígena, em especial pinturas corporais e cocares, tornam-se muito valorizados e circulam, com intensidade e de modo livre, entre os diferentes povos, independentemente de tradições específicas. As ações culturais e performances rituais deixam de ser um saber restrito aos mais velhos e passam não só a envolver crescentemente os jovens, como também a incorporar contextos cotidianos, como as atividades escolares e mobilizações políticas, com forte presença feminina (Imagens 13 e 14). Um ritual específico, como o Toré, acaba por receber significado muito mais amplo, a ponto de tornar-se um símbolo político dos indígenas do Nordeste (Grunewald, 2005; Athias, 2007).

Deve-se notar, contudo, que não é correto considerar as ações e estratégias indígenas idênticas àquilo que seus contemporâneos registraram e pensaram sobre elas. Um regime de memória propicia um relato de uma história, mas o pesquisador deve buscar as muitas histórias e o seu entrelaçamento. Por essa razão, não deve limitar-se à documentação produzida por uma fonte oficial que reflita uma perspectiva canônica em relação ao assunto em questão. Cabe a ele explorar a diversidade de fontes e a multiplicidade de relatos possíveis.

Dois mapas encontrados ao final do caderno de imagens, apesar de reportados especificamente ao último texto, permitem visualizar a continuidade e a amplitude da presença indígena no Nordeste. O primeiro mostra forte sobreposição entre, de um lado, as áreas em que o censo de 1890 registrou as maiores concentrações de indígenas no Ceará e, do outro, os locais em que se encontram hoje as maiores mobilizações indígenas nesse estado. O segundo mapa, baseado no censo de 2000, permite visualizar a capilaridade da presença indígena no Nordeste, tornando a estrutura tutelar da agência indigenista

3 Mesmo o indígena que chegou a merecer uma etnografia não resiste às dúvidas quanto à sua condição de aculturado, nem escapa do veredito sobre a sua breve desaparecimento. Ver Pinto (1956).

oficial apenas uma das alternativas possíveis aos que se identificam como indígenas (Imagens 15 e 16).

Antes de concluir esta apresentação, um breve esclarecimento sobre o uso do termo “Nordeste”. Durante a exposição *Os primeiros brasileiros*, explicamos muitas vezes que se estava operando não com uma noção de região no sentido geográfico, e sim com uma unidade virtual do ponto de vista da ação política dos indígenas. Embora as articulações mais comuns ocorram no âmbito dos estados e envolvam políticas assistenciais (educação, saúde etc.), há importantes demandas e negociações que se dão, de fato, em Brasília e com organismos federais, e passam pelo apoio e o assessoramento da organização indígena regional (APOINME). Neste livro, convém lembrar outra razão, de natureza histórica: os povos indígenas considerados aqui foram aqueles que sofreram o primeiro impacto da colonização, de início na faixa atlântica (século XVI) e logo a seguir nos sertões interiores (XVII e XVIII). Contrapunham-se ao açúcar e às tropas de gado, dois sistemas econômicos que funcionaram como fatores de desestruturação e geraram dependências, razão pela qual os modos futuros de organização, suas tradições específicas e seu modo de se autorrepresentarem não poderiam deixar de ser afetados.

Evidentemente, não se pretende que o presente conjunto de textos corresponda a uma história sistemática de qualquer povo indígena ou de uma sub-região do Nordeste. A intenção visada foi reunir informações, análises locais e temáticas que possam apoiar hipóteses e interpretações fecundas, bem como estimular o avanço de pesquisas que fundamentem novas propostas quanto ao reconhecimento dos direitos indígenas. As investigações atuais já têm sido realizadas numa nova chave analítica, que não é prisioneira das perguntas e das suposições derivadas do binômio assimilação *versus* resistência, ou da classificação de povos e comunidades indígenas num *gradiente* das etapas de integração.⁴ Em vez disso, as produções mais recentes sobre os indígenas do Nordeste⁵ parecem encaminhar-se decididamente numa direção que amplia o debate interdisciplinar (em especial, a colaboração entre historiadores e antropólogos) e fortalece o pensamento crítico nas ciências humanas.

4 Para uma crítica das teorias evolucionistas sobre etapas do processo de integração enraizadas em categorias coloniais e pressupostos administrativos, ver Pacheco de Oliveira (2010).

5 Tal como feito em *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste Indígena* (Pacheco de Oliveira, 1999) e em outras produções mais recentes, entre as quais Carvalho & Reesink (2006), Mota & Albuquerque (2006), Athias (2007), *Clio – Revista de Pesquisa Histórica* (2007), Silva & Aires (2009), Aires (2009) e Palitot (2009).

Os agradecimentos de praxe devem ser feitos à Fundação Joaquim Nabuco, em nome de seu presidente Fernando Lyra, e ao seu Departamento de Pesquisas Sociais (DIPES), nas figuras de seus então diretores Jorge Siqueira e Joanildo Burity, que acolheram, durante dois anos, o projeto de pesquisa de que se origina este livro; ao CNPq, que no mesmo período concedeu ao coordenador desse projeto uma bolsa de pesquisador visitante; aos professores Morvan de Mello Moreira, atual diretor do DIPES, da Fundação Joaquim Nabuco, e Carlos Antonio Levi da Conceição, pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento (PR3) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que contribuíram decisivamente para que os todos os obstáculos burocráticos fossem vencidos e esta publicação viesse a publico; aos colegas autores que aceitaram participar desta iniciativa, aos quais agradeço a pronta e generosa colaboração, e também a paciência com que aguardaram a divulgação de seus trabalhos; a Marcondes de Araújo Secundino e a Estêvão Martins Palitot, que atuaram com grande disposição e competência como pesquisadores no projeto vinculado à Fundação Joaquim Nabuco; a Edson Silva, que desde o desenho inicial desta coletânea foi colaborador decisivo e permanente incentivador; a Rita Santos, pela dedicação e eficiência tanto na preparação da exposição quanto na organização deste livro; e aos líderes e intelectuais indígenas, pela confiança que depositaram no projeto e, mais ainda, pela sabedoria e esperança que nos transmitiram neste entretempo.

Rio de Janeiro, setembro de 2010.

JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA

coordenador do projeto e curador
da exposição *Os primeiros brasileiros*